



Estado do Rio Grande do Sul  
**Câmara de Vereadores de Marcelino Ramos**  
Praça Padre Basso, 015, Centro, 99.800-000  
(54) 3372-1623  
camaramarcelinoramos@hotmail.com  
www.marcelinoramos.rs.leg.br

## ATA 07/2023 - SESSÃO ORDINÁRIA

**Ata da sessão ordinária realizada no dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e vinte e três, às dezenove horas, na Câmara de Vereadores de Marcelino Ramos - RS.**

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, às dezenove horas, realizou-se, na sala de sessões, sessão ordinária da Câmara de Vereadores de Marcelino Ramos - RS. A reunião foi presidida pelo senhor Vereador Sérgio Antônio Beal, com a presença dos senhores Vereadores **ADILSON LAVALL, ANDRÉ LUCHETTA, DAMIANA SALETE CORREA MENDES, ENIO LUIZ WITTMANN, GUSTAVO PEGORINI HOLLERWEGER, HÉLIO MÜLLER, RAMIRO FRANCISCO MARSARO, ROSELI MARIA GOETZ DREHER e SÉRGIO ANTÔNIO BEAL.** Abrindo a sessão, o Presidente cumprimentou Vereadores e assistentes e o Vereador **André Luchetta**, por questão de ordem, disse: “- [...] Para início de conversa, na sessão ordinária do dia 13 de fevereiro, veio o Projeto de Lei Municipal nove e o dez; o nove pedia autorização do Executivo para contratação de financiamento junto à instituição financeira oficial e dá outras providências, que seriam da rede fotovoltaica do Município e o dez, que seria o mesmo Projeto, só que seria o financiamento da fotovoltaica da TERMASA, para autorização. Hoje esse Projeto deveria estar com a discussão da CUP já resolvida, mas na semana passada, conversando com o Executivo e com o pessoal que fez o projeto, que encaminhou o projeto junto à RGE, esse projeto, como a RGE cobra isso, o Vereador Hélio até participou junto da breve conversa, o senhor Presidente também estava aí e para ser protocolado precisa, o projeto tem que ter marca de placa, tem que ter tudo bem descrito, a descrição completa, como foi feito, para garantir aquele desconto até o dia sete de janeiro, se não me falha a memória. As licitações públicas não podem ter marca, não podem ter nada disso, então o Executivo, através da minha pessoa, pediu que retirasse esses dois Projetos de pauta, eu como representante do governo, eu retiro de pauta eles para novos estudos e daí vamos ver o que vamos fazer para futuramente virem essas propostas novamente para esta Casa, se assim for do entendimento de vocês, peço a retirada”. O Presidente registrou que os Projetos de Lei estavam retirados, com a concordância do plenário. No Pequeno Expediente, o Presidente transferiu a Presidência à Vice-Presidente para poder se manifestar. O Vereador **Sérgio Antônio Beal** disse: “- Bem, pessoal, bem simples também, nós temos a escola do Suzana, que no dia 13 de março, ela completará 70 anos de fundação, vejam que é bastante tempo da escola de Suzana, 13 de março 70 anos de fundação, então eu gostaria de pedir, com a concordância dos colegas Vereadores, em nome de todos os Vereadores, um voto de congratulações à Diretora Raquel Costenaro passou essa informação para a Câmara de Vereadores e então eu acho que um gesto nosso da Câmara é pedir, com a assinatura e a concordância dos nobres Vereadores, um voto de congratulações aos 70 anos de fundação da escola de Suzana, aonde eles terão várias atividades comemorativas a esses 70 anos. Então, se todos concordarem com esse voto de congratulação, será assim enviado. Era isso que eu tinha para expor, muito obrigado então”. Nas matérias **em discussão e votação única**, o Presidente solicitou a leitura do Parecer da CUP sobre o Projeto de Lei Municipal 004/2023. Após a leitura, colocou o Projeto de Lei em discussão. O Vereador **André Luchetta** disse: “- [...] Só para a comunidade saber, nós... em reunião já foi discutido isso, não vai alterar em nenhum valor o repasse aos Professores, ao Magistério, mas sim fica detalhado aqui, segundo o entendimento do Jurídico da AMAU, foi até um conselho dele que fizesse, que pelo menos fica declarado que os Professores receberam, junto com aquele adicional, 10% (dez por cento) de aumento; eles receberam os 33% (trinta e três por cento no total do repasse, mas 10% (dez por cento) seria concedido como aumento salarial. Ninguém vai ter prejuízo nenhum quanto ao salário que foi dado, ao aumento que foi



Estado do Rio Grande do Sul  
**Câmara de Vereadores de Marcelino Ramos**  
Praça Padre Basso, 015, Centro, 99.800-000  
(54) 3372-1623  
camaramarcelinoramos@hotmail.com  
www.marcelinoramos.rs.leg.br

dado no ano passado. Era isso”. Não havendo mais Vereador com interesse em se manifestar, o Presidente colocou o Projeto de Lei em votação nominal. Aprovado por unanimidade. O Presidente solicitou a leitura do Parecer da CUP sobre o Projeto de Lei Municipal 08/2023. Após a leitura, colocou o Projeto de Lei em discussão. O Vereador **André Luchetta** disse: “- [...] Isso aqui também já foi discutido, já foi conversado. Isso aqui nada mais é do que um aumento de carga horária desses funcionários que às vezes estão super atarefados na sua carga horária de trabalho, podendo, assim, facilitar a vida deles e aumentar o desempenho do trabalho que eles estão realizando. Esse é o caso, como foi dado exemplo, de Nutricionista, que é uma excelente funcionária e que pode prestar mais serviços ainda ao Poder Público e à comunidade, Engenheiro também, tem contratação de terceiros hoje aí que podem ser abertas essas 20 horas a mais, podendo facilitar o trabalho, o tempo dela, e conseguindo talvez diminuir ou até encerrar essas contratações externas aí com o desempenho dela. Médico Veterinário também é a mesma coisa, já foi comentado isso aqui em reuniões passadas também, que temos excelentes funcionários aí na área da Veterinária também que pode se abranger a carga horária dele também e fazer o melhor trabalho dentro do Município com os nossos agricultores. Era isso”. O Vereador **Hélio Müller** disse: “- [...] Esse Projeto dá condição ao Executivo Municipal, aos próximos que virão, de convocar, seja por mais dez horas ou mais vinte horas um servidor que já é público municipal que só tem vinte horas, podendo chegar até na sua carga horária de quarenta horas. O Vereador André já mencionou que foi feito em outros momentos, passou inclusive por esta Casa também e ao invés de fazer, daqui a pouco, um processo seletivo, enfim, passar por todo esse processo, o Executivo, com demanda confirmada, pode chamar esse profissional para atender com um horário maior. Então eu vejo que há um entendimento administrativo legal que tem fundamento, mas vejo também que ele não só administrativo, que o Executivo Municipal tem essa atribuição no cargo dos Professores com 20 horas, podia contratar por mais 20 por convocação, e não o fez, dizendo que o princípio, ou na prática, conforme foi feito, processos seletivos, contratos que nós autorizamos, foi substituído pelo ato convocatório. Aqui a Administração diz ao contrário, que ele é importante, que ele pode ser contratado, no caso dos Professores já tem esse embasamento pelo seu próprio regime, pelo próprio piso, enfim, do Magistério, ao contrário, podia ter essa atribuição, dizer ‘ó, tal Professor’, claro tem entendimento do Executivo, da Secretaria afim, então a gente percebe que alguns casos que às vezes horas administrativo ou conveniente é feito, horas não, o Executivo, nesse processo do Magistério, fez ao contrário, ao menos que prove ao contrário, durante o ano vai ter coisa diferente. É uma maneira? É uma maneira, aqui a gente também é favorável a isso, só deixar esse registro que ele fica contraditório em alguns argumentos”. O Vereador **Enio Luiz Wittmann** disse: “- [...] Eu quero seguir um pouquinho nessa linha que o Vereador Hélio colocou e eu também penso assim, daqui a pouco o Executivo Municipal está mandando um Projeto para cá para facilitar os trabalhos administrativos, mas eu entendo que a melhor maneira de se fazer esse aumento de 20 horas no cargo por função seria o Projeto vir para a Casa específico de cada cargo. Já foi feito isso em outros momentos por esta Administração e outras Administrações, porque eu acho que a Câmara de Vereadores, seja hoje nós, seja no futuro outras pessoas, vão ter mais sólido na mão para quem estão sendo dadas mais essas 20 horas. Hoje é uma lei que vai ser aprovada, uma lei aprovada que vai ficar, pode ficar para a eternidade aí no Município, uma lei aprovada pode ficar até que não for cancelada. Então assim, eu entendo que, por exemplo, nós temos 20 horas da Engenheira, hoje nós sabemos que precisa mais 20 horas da Engenheira; Projéctinho para a Câmara de Vereadores pedindo autorização legislativa para aumentar mais 20 horas da Engenheira, seja do Veterinário, seja da Nutricionista, seja do cargo que for, mas eu entendo que a forma administrativa mais correta, mais clara sobre isso é que para a Casa Legislativa viesse o Projeto específico para cada cargo, assim como já foi de praxe em outras situações. Só queria deixar registrado isso, senhor Presidente, que é o meu pensamento sobre essa matéria aí”. Não havendo mais Vereador com interesse em se manifestar, o Presidente colocou o Projeto de Lei em votação nominal. Aprovado por unanimidade. O Presidente solicitou a leitura do Parecer da CUP sobre o Projeto de Lei Municipal 013/2023. Após a leitura, colocou o Projeto de Lei



Estado do Rio Grande do Sul  
**Câmara de Vereadores de Marcelino Ramos**  
Praça Padre Basso, 015, Centro, 99.800-000  
(54) 3372-1623  
camaramarcelinoramos@hotmail.com  
www.marcelinoramos.rs.leg.br

em discussão. O Vereador **André Luchetta** disse: “- [...] Aqui chega novamente o início de ano e vem o IPTU e como obrigação do Poder Público fazer a correção, mas também a possibilidade de nós aprovarmos o desconto do IPTU e aqui deixa então umas proposições que seria o desconto à vista ou em três vezes agora nos primeiros meses, se caso não puder, vai ter mais fôlego ainda nos seis meses a mais para conseguir juntar o dinheirinho para pagar em mais três meses sem o desconto, que é dado ou à vista ou nos três primeiros meses. Mais é para auxiliar também a todos os munícipes que pagam aí também, que nem todo mundo consegue pagar à vista para ter esse desconto, mas facilita também a vida de cada um. Era isso”. O Vereador **Hélio Müller** disse: “- [...] Como todo ano vem para esta Casa a questão do reajuste do IPTU e não é diferente em outros municípios por parte legal, de lei, a aplicação do índice inflacionário do IPTU, que é para os móveis e imóveis do Município, da área urbana e também os seus descontos, conforme diz a lei aqui e prazos de pagamento e condições para que o contribuinte possa também escolher pagamento à vista com desconto de 10% (dez por cento) ou fazer também parcelamento com as condições, conforme está específico no Projeto. Nós sabemos que esses recursos são para fazer manutenção, limpeza pública, enfim, retornar às áreas urbanas onde nossos contribuintes, os nossos moradores, além do trabalho que eles fazem frente às suas propriedades, aos seus imóveis, suas empresas, o Município também dá esse retorno para os nossos marcelinenses. Nós tivemos, no ano passado, uma discussão aqui nesta Casa quando entrou um Projeto para redução, inclusive, de impostos, no caso ISSQN para as pessoas que trabalham na rede de alugueis, de locação, serviços, que foi também duramente atingido, senhor Presidente, com a COVID-19, depois foi reprovado nesta Casa, depois, por solicitação de todos e discussão com o Executivo Municipal, ele retornou e os devidos argumentos, justificativas da parte técnica, a demanda que tinha de investidores de fora, a qual nós estamos ansiosos e aguardando os investimentos no Balneário em virtude da aprovação desta lei, conforme disse o Prefeito e entre as várias conversas que tivemos, eu não estava bem convencido disso, das isenções, conversamos com os empresários, eu e o Vereador Enio conversamos várias vezes com o Executivo, nós aqui tratamos desse assunto e como já havíamos registrado em outros momentos que na época da pandemia o IPTU também não foi congelado, não foi reduzido, muitos municípios fizeram isso e nessa conversa e discussão para redução nós colocamos que seria importante também nós trabalharmos com um índice maior aos nossos contribuintes, porque seria justo dar para os comerciantes, para o comércio em geral, em virtude da pandemia, no caso, que foi a redução do ISSQN também para o nosso trabalhador, as pessoas mais simples que pagam IPTU, todo mundo sofreu com a pandemia, os maiores, os médios e os menores e no momento eu lembro que o Executivo Municipal, o Prefeito Delfim fez contato, inclusive, com o Jurídico, ele disse que a lei permitia aplicar o melhor índice de reajuste, e aqui foi aplicado o índice de IPCA, que foi o que deu menos, mas que, por outro lado, atendendo essa demanda já de redução dos serviços prestados no Balneário, ele assumiu o compromisso de trabalhar, inclusive perguntou na hora para o próprio Jurídico, de trabalhar com índice de desconto, menor índice e também com desconto entre 15% até 18%, podendo ter a possibilidade, segundo o próprio Jurídico, em conversa com o Executivo Municipal. ‘É isso que vocês querem?’, o Prefeito nos pediu, assumo o compromisso então, dou a minha palavra que nós vamos trabalhar, fazer de tudo para trabalhar, chegar nesses índices de 15% a 18%. Então, o que está na Casa, o que está na mesa não foi o acordado e a palavra que o Prefeito nos deu naquele momento, deixar registrado isso para a nossa comunidade, que o Prefeito assumiu esse compromisso, disse ‘eu assumo esse compromisso com vocês que vou fazer esse trabalho, vou fazer esse estudo nessa condição’. Então deixar aqui registrado que o compromisso que nós assumimos, a nossa bancada, no trabalho na redução do IPTU e que juntamente com o Prefeito, a palavra que ele nos deu, aqui não foi, de fato, cumprida. Escutando aqui anteriormente, senhor Presidente, o Secretário de Administração passando os dados e que bom, a gente tinha uma previsão orçamentária, que nós aprovamos todo ano aqui, de 22 milhões, porque tu faz uma previsão no ano anterior de receita, de despesa fixa, mas também de possível aumento de receita e o próprio Secretário nos passou aqui na audiência que tivemos há pouco que a previsão era de 23 milhões, conforme nós aprovamos ano



Estado do Rio Grande do Sul  
**Câmara de Vereadores de Marcelino Ramos**  
Praça Padre Basso, 015, Centro, 99.800-000  
(54) 3372-1623  
camaramarcelinoramos@hotmail.com  
www.marcelinoramos.rs.leg.br

passado, e chegou na meta de 30 milhões, ou seja, ele mesmo aqui, na parte financeira, comprova que houve um aumento real em retorno de imposto, 7 milhões; aqui já justificaria uma despesa, desconto do IPTU, 15%, daqui a pouco mais, ou 18%, conforme nós já tínhamos combinado. Então deixar aqui registrado isso, que nós tínhamos esse acordo, nossa parte nós cumprimos da lei anterior, votamos para dar essa condição, mas, de fato, não foi o que nós combinamos, porque a parte do Executivo não foi o que nós tínhamos combinado, a palavra que, inclusive, o Prefeito Delfim nos deu nessa conversa. Seria isso, senhor Presidente, muito obrigado”. O Vereador **Enio Luiz Wittmann** disse: “- [...] Falar um pouquinho sobre esse Projeto aí, porque a gente estava ansioso para ver como viria esse Projeto para esta Casa em função da discussão que foi gerada naquele Projeto da Lei Municipal 125/2022. Então ali naquela lei lá do ano passado, aonde baixava de 5% para 3% o imposto de ISS para todas as modalidades de hospedagem, sejam hotéis, apartamentos, enfim, qualquer estabelecimento do gênero, estaria baixando o imposto ISS de 5% para 3%. Naquele momento que a gente puxou a discussão e fomos a fundo nisso, a gente queria que junto com esse benefício que estava sendo levado à rede hoteleira, à hospedagem do Município, que é importante, que é ligado ao turismo, é uma fonte de renda significativa para o Município, uma fonte de arrecadação também, que fosse pensado também no contribuinte do meio urbano, aquele contribuinte que investe no Município, que faz as suas obras, que gera renda, que gera emprego e que o Município pudesse chegar com benefício até eles e aí o benefício do IPTU, que aqui no nosso Município, ele vem aumentando ano a ano, sempre é dado um reajuste, um reajuste com desconto, mas aquele reajuste vai ficando para o próximo ano e os nossos impostos, o IPTU só tem aumentado e grande parte da população, se não é quase a maioria, tem reivindicado que se fizesse alguma coisa para que se pudesse manter, por algum tempo, o valor que está ou que não fosse, então, reajustado por um período para que se possa, então, ter um fôlego em cima disso e diante disso, como já foi colocado aqui pelo Vereador Hélio, na oportunidade o Vereador Hélio, eu também estive presente, a gente procurou o Executivo, Vereadora Damiana, Vereador Hélio, Vereador Adilson também contribuíram com a discussão, onde o Executivo, o que foi posto já aqui, foi falado já aqui, ele se comprometeu naquele período, naquela reunião junto com o Jurídico que se daria o reajuste pelo menor índice, porque não teria como não dar reajuste, porque é constitucional e o reajuste tem que ser dado todo ano, mas que o reajuste fosse dado, que seria dado e foi dado pelo menor índice. Porém, naquela oportunidade também, foi falado que o desconto, ele seria de 15% a 18% e hoje o que a gente está vendo aqui que hoje o reajuste é de 10%. Então aquilo que foi combinado também, naquela oportunidade, não está expressado neste Projeto de Lei que está para votação hoje. Então, infelizmente, a situação do IPTU no Município continua a mesma, a gente não consegue avançar em cima disso. A gente sabe que precisa ser feito, daqui a pouco, um recadastramento das propriedades, das construções, precisa ser feito todo um trabalho em cima disso que demanda uma grande atividade, foi falado sobre isso por parte do Prefeito também, que seria encaminhada uma forma de fazer o recadastramento, ver como estão essas situações, mas o nosso IPTU, ele continua como está e aquilo que foi tratado no ano passado, lá no mês de setembro, infelizmente não está expressado aqui neste Projeto, que era o desconto de 15% a 18% e não de 10%. Seria isso, senhor Presidente”. Não havendo mais Vereador com interesse em se manifestar, o Presidente colocou o Projeto de Lei em votação nominal. Aprovado por unanimidade. Nas **matérias em primeira discussão e votação**, o Presidente solicitou a leitura do Parecer da CUP sobre o Projeto de Lei Municipal 006/2023 e da Emenda Modificativa 06/2023. Após a leitura, colocou-os em discussão. O Vereador **André Luchetta** disse: “- [...] Quanto à emenda primeiro aqui, a emenda só veio, só para deixar bem claro aqui que veio como classe, a mudança das classes A e B, as classes não se alteram, se alteram os padrões, o um e o dois passam a ser três. Quanto ao Projeto, isso aqui é uma reivindicação de muito tempo que o pessoal vem pedindo e assim, acho eu, no meu entendimento, muito bem acertado, porque esses funcionários aí ganhavam menos do que um salário mínimo, eles tinham que ganhar um adicional para pelo menos chegar lá no salário mínimo; hoje é lei que ninguém pode ganhar menos do que um salário mínimo, então acho que chegou a um ponto deles terem um salário... talvez não o salário merecido, mas que uma boa melhora no salário



Estado do Rio Grande do Sul  
**Câmara de Vereadores de Marcelino Ramos**  
Praça Padre Basso, 015, Centro, 99.800-000  
(54) 3372-1623  
camaramarcelinoramos@hotmail.com  
www.marcelinoramos.rs.gov.br

desse pessoal aí e as classes continuam as mesmas, não mexe nas classes, que classe depois disso vem até para a aposentadoria, depois conta junto. Eu acho que era por aí, sou favorável sim e que recebam, é uma esperança dos funcionários que estavam recebendo esse salário baixo. Era isso”. O Vereador **Enio Luiz Wittmann** disse: “- [...] Só uma dúvida que eu tenho no Projeto aqui e daqui a pouco é importante nós, daqui a pouco, frisarmos isso. Nós falamos aqui da alteração do padrão, do padrão um e dois para três; eu, me parece que as classes, está muito supérflua essa colocação das classes, porque as classes, elas permanecem inalteradas, ou seja, quem está no padrão um, no padrão dois, que vai para o três, a classe que ele estiver vai permanecer no três, então se, por exemplo, padrão um e padrão dois, o funcionário estiver na classe C, ele vai para o três na classe C; então o nosso entendimento é esse, mas me parece que não fica claro isso no Projeto, me parece que teria que ter ali, no artigo primeiro, mantêm-se suas respectivas classes em que se encontram os servidores e posteriores progressões, então, dando uma olhada assim, me parece que teria que ter junto nesse artigo primeiro nós garantirmos para os nossos servidores que as classes em que eles estão vão prevalecer, porque senão não tem sentido..”. O Vereador **André Luchetta** disse: “- As classes continuam as mesmas no padrão três, certo? Isso segue, eles só não alteram, eles vão seguir com a classe em que eles estavam lá no padrão três, na classe que eles eram, eles vão herdar o padrão três com a mesma classe que eles já tinham no padrão um ou no padrão dois, certo?! Eles herdam, as classes não altera nada, não mexe em classe, eles vão herdar por causa das aposentadorias, o colega é funcionário e sabe bem disso, que isso vai contar lá na aposentadoria vai contar a classe depois deles lá também”. O Vereador **Enio Luiz Wittmann** continuou: “- Eu entendo isso, é o nosso entendimento e a gente sabe que é isso, mas volto a dizer: eu, pra mim não está bem claro no Projeto isso, mantêm as suas respectivas classes em que se encontram os servidores, eu acho que esta frase seria importante ser colocada para nós garantirmos, dentro da lei, essa situação aí, vai para o padrão três e mantêm a respectiva classe em que se encontra e suas posteriores progressões. O que é que vocês acham? Podemos fazer, de repente, essa Emenda rapidinho e nós...”. O Vereador **André Luchetta** disse: “- Faz a emenda só para deixar no papel, porque...”. O Vereador **Enio Luiz Wittmann** continuou: “- A gente sabe que o acerto é esse, mas o que vai valer é a lei”. O Vereador **André Luchetta** disse: “- Faz a emenda, se é do entendimento de todos, e coloca!”. O Vereador **Enio Luiz Wittmann** continuou: “- Eu acho que dá mais segurança aos servidores”. A sessão foi interrompida para a confecção da Emenda e reunião da CUP. Durante a interrupção da sessão, o Presidente repassou convites locais e o Vereador Hélio Müller solicitou cópia do documento de formalização da utilização, pelo Município, de parte do prédio do Instituto de Educação Estadual Marcelino Ramos. Retomando a sessão, o Presidente solicitou a leitura da Emenda Modificativa 07/2023 e do Parecer da CUP, colocando o Projeto de Lei e as duas Emendas Modificativas em discussão. O Vereador **Hélio Müller** disse: “- [...] Só quero dizer que foi... já entrou na Casa na sessão anterior este Projeto de reconhecimento dos servidores, principalmente do nível um e nível dois, é o que foi proposto, inclusive a Emenda agora, que é reconhecida essa valorização aos servidores municipais, a nossa parte, essa é uma sessão que vai ser votada, depois tem mais uma votação na próxima e acredito que nessas três que estão tramitando na Casa, o entendimento aqui da valorização e a unanimidade nos votos aqui a favor dos servidores municipais. Muito bem colocada a sugestão de Emenda, a elaboração da Emenda, o pessoal que fez com relação a isso. Nós sabemos que fica mais claro assim, o entendimento nosso, mas o que vale é que o que está escrito no papel, a legalidade que nós passamos, os servidores estão aí, estão prestando sempre um serviço e se dedicando à nossa comunidade. Então fica aqui o nosso reconhecimento, o nosso voto favorável, tudo o que se fala em reconhecimento, valorização aos que trabalham, que mantêm o serviço público de pé, nós somos favoráveis. Obrigado”. Não havendo mais Vereador a se manifestar, o Presidente colocou as Emendas Modificativas e o Projeto de Lei em votação nominal. Aprovados por unanimidade em primeira votação. O Presidente solicitou a leitura do Parecer da CUP sobre o do Projeto de Lei Municipal 007/2023 e Emenda Modificativa 05/2023. Após a leitura, colocou-os em discussão. O Vereador **André Luchetta** disse: “- [...] Essa Emenda Modificativa apenas altera um ponto para dois



Estado do Rio Grande do Sul  
**Câmara de Vereadores de Marcelino Ramos**  
Praça Padre Basso, 015, Centro, 99.800-000  
(54) 3372-1623  
camaramarcelinoramos@hotmail.com  
www.marcelinoramos.rs.leg.br

pontos, para deixar mais claro o que vai dizer ali. Então ali no final do Projeto de Lei 07 passa a conter a seguinte redação, tinha um ponto no Projeto, aqui nós colocamos dois pontos, que fica mais esclarecido sobre o que rege o Projeto, certo, e esse Projeto já, em conversa com o Executivo também, já deixou claro que na verdade o que é que reza isso aqui: agilizar o trabalho de alguns setores, porque eles dependem de algum motorista e atrasa o trabalho que poderiam eles estarem fazendo e adiantando o trabalho no dia a dia deles, às vezes dependendo de alguém à disposição para ir para a frente. Cada Secretário vai dar nome, autorização, vai fazer a sua autorização e na verdade fica a responsabilidade para cada Secretário sobre essa autorização aí. Acho que era isso, não tem muito mais o que falar. Obrigado”. O Vereador **Enio Luiz Wittmann** disse: “- [...] É importante o Projeto, até para regradar, disciplinar a utilização dos veículos, é muito importante isso. Eu quero só fazer uma colocação a respeito disso, por exemplo: Nós precisarmos um de motorista para levar o fiscal para fiscalizar não pode ser dessa forma e a nossa lei hoje, ela estava dessa forma. Precisar de um motorista para levar um Secretário, também não pode ser dessa forma, o Secretário tem que pegar o veículo e fazer o serviço dele. Pegar um motorista para levar a Engenheira Civil ver uma obra também não concordo com isso, porque são atividades pertinentes ao cargo, porém a gente sabe que acontece muito aqui no Município funcionários de uma atividade, de um cargo executando serviços de outros cargos, quero citar aqui um exemplo aleatório: um fiscal pegando um veículo da Saúde para levar, daqui a pouco, um paciente para um hospital. Então temos que cuidar disso, porque se o Município fizer dessa forma, o Município está, daqui a pouco, desvalorizando a atividade dos motoristas e está incorrendo em erro de ter apontamento até em Tribunal de Contas por desvio de função, então esse cuidado que nós temos que ter: quando o funcionário for utilizar o veículo, for dirigir o veículo, que seja pertinente ao cargo, mas não podemos desviar a função, daqui a pouco, de um fiscal pegar um paciente e levar, daqui a pouco, para um hospital, ou com atendimento hospitalar, ou daqui a pouco um fiscal conduzir um ônibus levando estudantes, nessa forma que quero colocar, porque são atividades pertinentes ao cargo de motorista. Então só deixar isso registrado para nós não termos problemas futuros na questão administrativa. Seria isso, Presidente”. O Vereador **Hélio Müller** disse: “- [...] Eu, para mim esse Projeto, tecnicamente falando, e é o que nós temos que fazer na lei, escrito, ele não está bem claro. Há necessidade, tem alguns setores? Tem, mas ele não atende a simplicidade com que veio o Projeto para nós, Projeto de Lei 014/2023, que autoriza o servidor habilitado a conduzir veículo da Municipalidade. Poderá o chefe do Poder Executivo autorizar Secretários ou chefes de departamentos a permitirem, a pedido de servidor municipal, com atribuição, função ou cargo diversa da de motorista, desde que esteja habilitado a dirigir, ou seja, todo mundo que tem carteira pode dirigir. Eu concordo, Vereador Enio, que tem que legalizar, é proibido, é proibido dirigir veículo oficial e, de fato, há dois anos já vem sendo feito isso, a gente tem percebido e vocês também percebem, então nós temos a balança, que nem a gente diz, os dois lados, daqui a pouco nenhum Secretário pode ter um motorista só para ele disponível, então ele tem que horas trocar ideia com outro Secretário, cruzar um motorista, revezar, planejar para fazer algumas atividades, mas tem aquela que é de emergência. Então, quando se refere a isso, nós estamos dizendo que o Município tem um cargo de atribuição de motorista oficial do Município, que seja em qualquer área, ele é motorista concursado, nós estamos dizendo para que várias pessoas de várias áreas que estão concursadas para outras coisas, não está nem em sua atribuição ser motorista, para dirigir carro! Uma coisa é você ter alguns, de fato, Vereador, que precisam ser feitos, agora outra é nós legalizarmos que todo mundo pode andar, aí nós estamos legalizando um crime, que nem diz o outro. Eu vou dar um exemplo que a gente tinha comentado, o parque, por exemplo, tem diretor, tem tudo, mas daqui a pouco um técnico que precise se deslocar para ir com o funcionário e voltar, é um caso específico; assim como alguns outros setores, no meu entendimento, eu avaliaria melhor manter ele em pauta por enquanto e nós deveríamos, daqui a pouco, pensar diferente. Porque vocês sabem que logo no início dessa gestão, há dois anos atrás, mês de janeiro, entrou um Projeto melhor do que esse segundo, que é mais simples, entrou nesta Casa, foi feita Emenda também pela CUP na época, foi buscado parecer da UVERGS, foi feito, inclusive, modelos de termo de autorização,



Estado do Rio Grande do Sul  
**Câmara de Vereadores de Marcelino Ramos**  
Praça Padre Basso, 015, Centro, 99.800-000  
(54) 3372-1623  
camaramarcelinoramos@hotmail.com  
www.marcelinoramos.rs.leg.br

que fica na lei esse modelo para o Secretário autorizar e foi feito um termo de responsabilidade de quem pega o carro, como que faz se bater? Se está em um lugar indevido, a lei diz; como que faz se der um caso mais grave, uma indenização, coisa assim, quem é que responde? Então nós somos responsáveis sim. A lei diz que não, que não pode, mas se o Poder Legislativo autorizou, nós dissemos, não é isso?! E na época a UVERGS, em janeiro de 2021, disse que, por unanimidade, o STJ votou, a UVERGS citou duas Prefeituras de alguns lugares, a inconstitucionalidade do Projeto, é o que a UVERGS deu no Parecer dela em janeiro de 2021 daquele Projeto 08/2021, de 12 de janeiro de 2021. Aqui, na época, a CUP formalizou mais, fez emenda, botou os dois modelinhos, está aqui protocolado na Casa, de termo de responsabilidade e autorização, porque alguém tem que trabalhar nisso. Eu lembro que aqui tinha demanda do Conselho Tutelar, não sei se estão lembrados, como que faz cada vez ir um motorista levar o Conselho?! Então também foi trabalhada uma lei específica com esses termos, com essa responsabilidade de dirigir o carro até para resguardar o próprio Executivo Municipal! Aqui ele fala quanto à condução de veículos públicos, a UVERGS citou vários desses termos, da Justiça Federal, o que se vislumbra no caso em análise, o consulente pretende autorizar servidores investidos em diversos cargos de provimento efetivo ou comissionado a conduzirem um veículo oficial – nós estamos fazendo isso – ação direta de inconstitucionalidade, modo unânime de todo o STF, que citaram aqui em um dos pontos, ou seja, no final, a UVERGS, que é a União dos Vereadores diz o seguinte: desta forma, entende-se que tanto o Projeto de Lei como a Emenda, mesmo que foi feita uma emenda botando os termos de responsabilidade e autorização, são inconstitucionais em face da burla ao concurso público, de quem é concursado para motorista. Então no meu entendimento não foi tirado de varde desta Casa pelo próprio Executivo, mesmo com todo esse... Então nós temos que... acredito que não é ser contra por ser contra, nós temos que achar um termo junto com o Executivo, junto com o Jurídico, esta Casa está trabalhando para melhorar inclusive a assessoria jurídica, isso é muito importante, muito bom o parecer escrito para nós também, para nós também fazermos... termos um parecer mais adequado, resguardarmos mais o Executivo Municipal, os próprios motoristas que me questionaram ‘não, então quer dizer que eu posso ir lá e sentar no tributário e fazer alguma coisa, eu posso ir lá na outra Secretaria e fazer alguma coisa, só porque eu tenho carteira’, então eu entendo e todos sabem que uma máquina grande assim precisa, o Secretário não faz nada se não conduzir um veículo, o subchefe dele, se pega aqui em Coronel tem o nosso chefe de setor lá, o Rudi, chefe da cidade, tem que ter essa estrutura de confiança na mão, vai assinar o termo, não vai assinar... então como que a gente trabalha isso? Senão vai deixar o leque aberto e nós estamos legalizando, amanhã eu entrei, sou comissionado ali, eu pego o carro... claro, tem o Secretário que tem a sua responsabilidade em dar esse carro, mas nós temos que... bem público é no papel, na escrita, e nós não temos isso, para mim está muito simples e nós precisamos clarear melhor, a gente pretende ajudar, queremos ajudar, mas no meu entendimento hoje não tem condições favoráveis esse Projeto. Obrigado”. O Vereador **André Luchetta** pediu aparte e disse: “- Isso nós já discutimos isso junto com o Executivo Municipal também e eu vejo bem diferente a situação. Eu como Vereador, como Secretário que eu fui lá em 2001, em 2002 e tive que pagar um carro, paguei um carro do meu bolso porque eu era responsável. Agora você já pensou se um Secretário vai ter um motorista particular? O Vereador Enio, um funcionário público, ele vai ter um motorista pra ele?! Nós vamos ter uma casa cheia de motorista, aí sim, embugada de gente, porque cada um vai ter que ter o seu motorista. Aqui são casos específicos, como foi falado, já foi falado em uma reunião lá com o Executivo! São casos específicos, nós temos Controle Interno, nós temos Engenheiro, pequenos detalhes e não é qualquer um que vai poder pegar um ônibus, como foi falado, motorista de ônibus, ele tem outros cursos, não é só CNH, motorista da saúde tem outros cursos, não só CNH, então são casos específicos que estão aqui, entendeu? Esse é meu ver e penso assim: temos que agilizar o trabalho público, às vezes o trabalho público fica moroso por tantos detalhes que as pessoas às vezes têm que esperar. Este é meu entendimento. Obrigado”. O Vereador **Hélio Müller** continuou: “- Concordo, como já disse antes, mas faz dois anos que voltou o Projeto para o Executivo e continuaram andando assim, então não tinha



Estado do Rio Grande do Sul  
**Câmara de Vereadores de Marcelino Ramos**  
Praça Padre Basso, 015, Centro, 99.800-000  
(54) 3372-1623  
camaramarcelinoramos@hotmail.com  
www.marcelinoramos.rs.leg.br

tanta urgência...”. O Vereador **André Luchetta** disse: “- Mas isso vem da vida do Poder Público...”. O Vereador **Hélio Müller** respondeu: “- Eu sei, mas é o nosso papel aqui, a nossa função, eu respeito a nossa função de discutir esse assunto, até porque não é por causa de dois três, eu estou falando em resguardar. Daqui a pouco até sugestão, Vereador André, tem mais uma sessão para ser votado, daqui a pouco, por exemplo, porque não anexarmos esse termo de responsabilidade, o que autoriza a entregar e o funcionário que pega e assina, vai resguardar o que você falou, o Secretário ‘tá, pode pegar e vai’, depois quem é que responde? O Secretário! Então é esse objetivo aqui que tu me falou, de resguardar o Secretário e principalmente resguardar um bem público. Então podemos pedir esse Parecer da UVERGS, podemos, daqui a pouco, anexar esses modelos que já tinha sugerido e fazer essa consulta, se é possível fazer, claro que vamos fazer, nós queremos é legalizar, que hoje não está legalizado, sem infringir também o direito dos motoristas, que sabe como é, pode gerar um passivo, mas é possível, dentro de alguns setores, conforme já foi dito, ter essa estrutura para não engessar, mas também não podemos votar assim ‘está tudo liberado’, então esse é o meu entendimento”. O Presidente **Sérgio Antônio Beal** consignou: “- O meu entendimento também é que nós estamos em primeira discussão e votação. Eu acredito que se há dúvidas, nós ainda temos quinze dias aí para buscar um parecer jurídico junto à UVERGS, eu entendo isso”. O Vereador **Gustavo Pegorini Hollerweger** disse: “- [...] A gente fez o Parecer da CUP, eu como Presidente da CUP, o André como Relator e a Rose como Membro, a gente teve menos de uma semana de uma sessão para outra para fazer um Parecer e acabamos que pecamos realmente nesse Parecer, porque, como o Vereador Hélio falou, a gente tem que ir na lei fria e analisar muito melhor esse Projeto, a gente tem 15 dias, se precisar a gente vai tirar mais 15 dias, porque esse Projeto aqui, como outros que a gente acabou de debater, que fizemos emendas, eles estão vindo muito genéricos, disse a gente tem noção, os Projetos vêm genéricos aqui, a gente fala que vai ser usada pelo Secretário e etcetera e etcetera, mas não tem nada no Projeto escrito isso, então fica um pouco duvidoso porque não está lá escrito, então realmente quando o Vereador Hélio fala, ele tem razão nisso e a gente vai ter que se atentar agora nos próximos 15 dias, procurar o Jurídico da Câmara, conversar com o Jurídico da Prefeitura e o setor do Executivo administrativo para melhorar esse Projeto, porque do jeito que está, por mais que eu tenha aprovado ele como Presidente da CUP, analisando novamente e friamente com calma, hoje ele não pode ser aprovado dessa forma, senhor Presidente e nobres colegas, então acho que nos próximos 15 dias nós temos que trabalhar isso aí de uma forma diferente. Seria isso, senhor Presidente”. O Vereador **Enio Luiz Wittmann**, por questão de ordem, disse: “- Eu acho que a gente consegue resolver tudo isso com uma emenda simples: ‘o funcionário público poderá utilizar veículos da Municipalidade para atividades afins do cargo’, eu acho que essa emenda vai resolver tudo, porque daí cada um vai poder utilizar o veículo a fim da sua função, por exemplo, já foi dito aqui, fiscal, engenheira, só vai dirigir o veículo no exercício da sua função, não sei se daqui a pouco...deixo essa sugestão de emenda para nós, daqui a pouco, pensarmos junto com a CUP aqui e daqui a pouco encaminhar...”. O Vereador Hélio Müller disse: “- Deixo a sugestão, senhor Presidente, dessas duas, do termo de responsabilidade que vai assinar, do condutor que vai pegar e a autorização do Secretário”, aí tu deixa junto, anexado à lei, vai ter um amparo, o resguardo legal, que é o que nós estamos pensando aqui, o resguardo legal do bem público”. O Vereador **Adilson Lavall** disse: “- [...] Eu sou favorável a esse Projeto, mas concordo com os demais colegas que, por exemplo, no setor de obras, Operador da Máquina patrolou, deixou a patrola lá, ou a retroescavadeira em uma comunidade, ele vai pegar um auto para ir até lá para o seu trabalho e a função dele é Operador de Máquina e não Motorista, a gente nunca é livre de um acidente nesse transporte, pode acontecer, vai responsabilizar só o chefe de obras que autorizou ele a pegar o carro ou o encarregado? Na verdade a lei teria que vir bem clara que cada um que vai dirigir, no seu setor, que seja responsável pelo carro que está dirigindo ou que assinem uma declaração junto ao Poder Público para dirigir esse carro, porque ele vai dizer ‘não, foi o meu chefe que mandou’, o chefe mandou mas o acidente aconteceu comigo, então eu acho que a responsabilidade cabe a cada um no setor dele, não responsabilizar o chefe de obras pelo funcionário estar dirigindo o carro, eu penso assim, a gente tem



Estado do Rio Grande do Sul  
**Câmara de Vereadores de Marcelino Ramos**  
Praça Padre Basso, 015, Centro, 99.800-000  
(54) 3372-1623  
camaramarcelinoramos@hotmail.com  
www.marcelinoramos.rs.lg.br

que ver junto ao Jurídico para aprovar uma coisa que não vá, no futuro, prejudicar a Administração Municipal e a Câmara de Vereadores, porque tudo o que é feito passa por esta Casa, então nós aprovando uma lei errada, a lei errada vai continuar sendo aprovada para a frente, então temos que caminhar com os pés no chão, fazer a coisa bem certa para não ter problema para a frente. Seria isso, muito obrigado”. Não havendo Vereador com interesse em se manifestar, o Presidente colocou a Emenda Modificativa em votação. Aprovada por unanimidade. Em seguida, colocou o Projeto de Lei em votação. Aprovado em primeira votação por cinco votos a quatro, com votos favoráveis dos Vereadores André Luchetta, Gustavo Pegorini Hollerweger, Ramiro Francisco Marsaro, Roseli Maria Goetz Dreher e Sérgio Antônio Beal; votos contrários dos Vereadores Adilson Lavall, Damiana Salete Correa Mendes, Enio Luiz Wittmann e Hélio Müller. O Presidente solicitou a leitura do Parecer da CUP sobre o Projeto de Lei Municipal 011/2023 e Mensagem Modificativa 01/2023. Após a leitura, colocou o Projeto de Lei e a Mensagem Modificativa em discussão. Não havendo Vereador com interesse em se manifestar, o Presidente colocou a Mensagem Modificativa em votação. Aprovado por unanimidade. Em seguida, colocou o Projeto de Lei em votação. Aprovado em primeira votação por unanimidade. O Presidente solicitou a leitura do Parecer da CUP sobre o Projeto de Lei Municipal 012/2023. Após a leitura, colocou o Projeto de Lei em discussão. O Vereador **André Luchetta** disse: “- Os tempos vão mudando e as coisas vão aparecendo, às vezes a gente acha que é só nos outros municípios que acontece e chegou a nós também aqui, nós temos pessoas de outras nacionalidades qualificadas mas que já foram até barradas em processos seletivos aqui dentro do Município por causa que nós não temos essa lei. Já foi comentado, Caxias do Sul, Porto Alegre também já ocorreu isso e eles tiveram que se adequar à lei, então nós estamos chegando ao ponto de também se adequar à lei, o país, o Brasil é um país acolhedor que está acolhendo muita gente de fora e hoje nós temos aí o caso de haitianos e tantos outros que estão por aí, venezuelanos e coisa assim. Então acho que nada melhor do que legalizar essa lei e aproveitar esse pessoal que tem vontade de trabalhar também e às vezes com qualificação especial que seja no caso. Era isso”. Não havendo mais Vereador com interesse em se manifestar, o Presidente colocou o Projeto de Lei em votação. Aprovado por unanimidade em primeira votação. O Presidente colocou em votação as Atas 05/2023 e 06/2023, das sessões ordinária e extraordinária do dia 13 de fevereiro de 2023. O Presidente deixou as Considerações Finais do Grande Expediente à disposição. O Vereador **André Luchetta** disse: “- [...] Quero ser breve mesmo aqui hoje e reportar um assunto que durante a semana, conversando até com o Secretário de Agricultura e mais o pessoal da Secretaria ali, que causa... não causa preocupação, mas causa um certo ressentimento. Quanto à população do centro, dos arredores aqui, existem datas, dias para serem recolhidos entulhos, galhos e essas coisas. A gente fala em cidade turismo, mas assim, parece que é na quinta-feira, se eu não estou enganado, na terça ou na quinta-feira que passa o caminhão, o caminhão passa, o pessoal de tarde vai lá e enche a rua de lixo de novo, sabe, vamos ter um pouco de bom senso, acho assim, tem tanta gente que tem lote, que tem terreno grande, galho é adubo! Quanta folha é adubo! Para que tirar de lá de trás do terreno e jogar na frente da casa, da rua? Aproveita aquilo lá, pica, faz lenha, faz adubo lá atrás do terreno, tem tanta coisa que pode ser resolvida, que facilita a situação do Poder Público e da própria população, da limpeza da cidade, são detalhes. Até comentei com o Secretário, faz uma matéria e coisa, mas assim, não é um compromisso só dele, é um compromisso nosso também e a população tem que entender isso, a gente tem que cumprir horários. Outra coisa que eu vejo e até me revolta às vezes: horário do lixo: o caminhão do lixo passa de manhã cedo, às oito, nove horas da manhã, segura o lixo até de noite, larga no outro dia de manhã, se for o caso, se for passar novamente, agora não deixa o lixo lá no meio da rua, um dia, dois dias lá dentro da cesta, sol quente sabe como é que fica, azeda a rua, para nós sermos mais claros. Então assim, vamos ter um pouco de consciência que facilita a vida de todo mundo, a nossa, a vida pública, a vida do turista que vem por aí gastar; se a gente puder manter a cidade um pouco mais ajeitada, fica bonito para todo mundo. Situação que há tempo a gente vem conversando sobre IPTU e coisa assim: se nós vemos a situação, a arrecadação da coleta do lixo hoje, isso já foi falado ano passado, ano retrasado também, está defasado demais, a gente



Estado do Rio Grande do Sul  
**Câmara de Vereadores de Marcelino Ramos**  
Praça Padre Basso, 015, Centro, 99.800-000  
(54) 3372-1623  
camaramarcelinoramos@hotmail.com  
www.marcelinoramos.rs.leg.br

começa a diminuir IPTU, tem que aumentar a taxa de coleta de lixo e aí começa a virar... nós sempre vamos ter uma briga interna aqui, nós vamos sair daqui, alguém vai continuar brigando com a coisa. Então assim, por certo deveria ser aumentada a taxa da coleta de lixo, mas daí é mais um tributo que a gente tem em cima do IPTU, então a gente tem que também saber relevar às vezes as coisas, que não é bem assim, pago e vou pagar com gosto porque eu sei que o caminhão passa lá todo dia, recolhe e tem coisas que só o caminhão do lixo leva mesmo, então é isso. Mas vamos trabalhando todos juntos, a discussão, ela vale, a discussão é boa e uma hora a gente tem que chegar em um consenso. Eu acho que nós aqui, o Executivo lá em cima um dia vamos ter que chegar em um consenso e trabalhar pelo melhor da população e o entendimento de todos, a população, a Administração e nós aqui. Acho que era isso, meu muito obrigado e uma boa semana a todos, uma ótima quaresma e quaresma é uma época de... são 40 dias que a gente pode dar uma paradinha e dar uma pensada também na vida, eu acho que muita coisa a gente pode pensar para melhorar não só a nossa vida particular, mas a vida de todos nós. Obrigado". O Vereador **Hélio Müller** disse: "- [...] Essa é uma preocupação, André, a gente já havia falado, estava no governo anterior, a gente também fazia parte, será que é um manifesto, um protesto, não gostam, será que é isso mesmo, está sendo pouco divulgado, então tem... será que esse é o dia de recolher o galho? Sábado e domingo não dá para recolher galho, que não é terceirizado, é o Município que faz. Tem aquele que paga para limpar o terreno, tem aquele que não tem condição, vai limpar, mas vai limpar quando? Às vezes é no sábado e domingo ou no feriado, ele, sobrou um tempinho, vai fazer, daí vai ter que deixar depois puxar para cima, fazer dois serviços, então tem toda essa... mas é preciso que a turma tenha esse entendimento, porque quem vai passar na frente, o turista vai passar na frente e vai ver aquela flor diferente lá, daqui a pouco nem vai ver a imagem de quem foi ou não foi, então isso é uma questão. Só para justificar meu voto contrário do Projeto de Lei, teve minha proposição e de outros inclusive, de membro da CUP, da retirada, então como não foi nem em votação a minha proposição para a Casa e a retirada ou não, eu voto, no meu entendimento é que nós podíamos melhorar ele e vai ser melhorado e eu gostava de votar as duas a favor e pretendo que, no final, dentro do certo e a gente consiga ajudar. Então, eu não sei, o nosso objetivo, o nosso compromisso de Vereador é legislar, analisar, sugerir, daqui a pouco pode até exagerar, mas não tem nada a mais a não ser proteger o bem público, o Executivo, os Secretários, se resguardar, porque a gente sabe os fatos, a história, como diz Então não tem nada a mais do que isso, daqui a pouco uns insistem diferente quando mandam os Projetos para cá e o tempo vai dizer por isso. Mas enfim, eu quero também agradecer, nós pegamos, a gente sempre fala, aqui na Câmara é a voz do povo e o pessoal tem cobrado muito em áreas municipais, estradas municipais, estradas estaduais e a intervenção várias vezes na 491 e nenhuma vez na 126 e dizer que foi feito o serviço quando o Alisson estava na coordenação, o pessoal fez um baixa serviço na região de cima aqui, que vai pegar do Balneário para cima, uma região que fazia muito tempo que não passava maquinário, mesmo que com a patrula e umas máquinas ajudando, não foi mexido em bueiro, em cascalho, ficou bom, ficou bom, então é necessária essa manutenção, deixar aqui esse reconhecimento. Eu fiz alguns pedidos também, nós fizemos e, em virtude dos prazos e tempos, evidentemente o feriado, não retornaram, mas entre um pedido que eu fiz também aqui logo para cima aqui na Rua Independência, passei por lá hoje, quero agradecer ao André que está à frente agora da coordenação, propriedade ali que o pessoal fazia tempo que estava ruim a estrada conforme as fotos, foi ajustado, botado um cascalho, na época disseram 'bah é difícil para chegar até na casa', foi feito até lá em cima, fui ver hoje, foi passado o rolo, ficou bom, então deixar aqui também o agradecimento, que esse é o nosso propósito, nos demais lugares eu não passei, mas deixar aqui o meu agradecimento. Reforçar aqui os parabéns para a Raquel Costenaro de Suzana, todos os alunos, pais e a comunidade pelo esforço em manter também, não somente pelos parabéns do aniversário da escola estadual e manter também todo esse trabalho de segurar a escola em Suzana, pelos projetos que apresentaram a nível regional e estadual de referência, que tem feito o resultado prático em Suzana e dizer que essa universal é da escola estadual, nós não temos mais a escola municipal em Suzana infelizmente, a atual Administração fechou essa escola municipal, mas reforçar aqui o esforço, a



Estado do Rio Grande do Sul  
**Câmara de Vereadores de Marcelino Ramos**  
Praça Padre Basso, 015, Centro, 99.800-000  
(54) 3372-1623  
camaramarcelinoramos@hotmail.com  
www.marcelinoramos.rs.leg.br

dedicação e o resultado positivo da atual equipe que está à frente da Escola Estadual aí de Suzana. A gente quando está aqui está com esse propósito sempre, senhor Presidente e ouvintes, de cumprir a missão, como disse na outra vez, nem de julgar ninguém, nem de desafiar ninguém, nem de obrigar ninguém a fazer nada, isso a gente nunca fez e quem conhece a rotina de todo mundo nunca obrigou ninguém a prometer nada, falar nada porque esse também não é o propósito. A gente aprendeu assim de casa, agora, se você assume um compromisso, tu dá a palavra, tu tem que honrar, tu tem que ter a palavra, se as consequências forem diferentes, mas você vai fazer de tudo para dizer ‘não, eu te dei a palavra, eu vou resolver’. Então eu, ao menos, me criei assim, então por isso às vezes a cobrança mais acentuada, não é nada de julgamento pessoal nada, porque isso não faz parte do meu propósito e jamais faria isso, mas o que a gente tem tratado a gente procura sempre assumir, então é o que eu digo, palavra dada é palavra empenhada e a gente tem que assumir os compromissos que a gente trata dentro das entidades e do bem público. Para finalizar, desejar também uma santa e ótima quaresma a todo mundo, que seja um momento de reflexão nosso, de saúde e de muita devoção. Obrigado e boa semana a todos”. O Vereador **Enio Luiz Wittmann** disse: “- [...] Seguindo só um pouquinho essa linha da questão do lixo, entulho, enfim, a gente sabe que é importante essa questão da coordenação, do controle, dos horários, enfim, dessas ações por parte do munícipe em se observar os horários de se colocar o lixo seco, de se colocar o lixo orgânico na rua e fazer uma colocação aqui, vejo que essa parte do lixo seco e do lixo orgânico no nosso Município tem funcionado com alguns ajustes sendo necessários por parte de quem produz esses materiais, esses lixos, mas eu chamo atenção aqui principalmente para a questão dos galhos e entulhos, que hoje é o maior problema aqui no nosso Município, então a gente sabe que quando a propriedade se programa para fazer uma limpeza, acaba fazendo, não vê qual é o dia que vai fazer e tal, mas sim aproveita o seu tempo e coloca para a rua, mas é importante, daqui a pouco, a gente regrar isso, porque todo dia tem entulho na rua, todo dia tem galho na rua e a Prefeitura acaba tendo dificuldade para atender toda essa situação aí, então é importante nós, munícipes, assim regrarmos isso, daqui a pouco dar uma ligadinha na Prefeitura ‘ah, que hora vão recolher os entulhos? Qual o dia que vão recolher?’, aí se programar para fazer essa limpeza, dentro do possível. Quero também fazer uma colocação aqui na questão da Rua Bahia, entroncamento com a Rua Passo Fundo, ali tem uma dificuldade de recolhimento do lixo por parte do Município. Eu tive relatos de moradores dali que tem semanas que vai uma vez, que vai duas vezes, tem semanas até que não vai. Essa semana até recebi, ou melhor, na semana passada recebi uma foto de uma lixeira lá transbordando com lixo seco e orgânico porque só é recolhido... lá não é recolhido o lixo seco, então o seco vai com o orgânico e recolhe de uma vez só, então acho que temos que dar uma atenção nisso para nós podermos regrar essa situação aí e daqui a pouco conseguir ir mais vezes na Rua Passo Fundo, Rua Bahia recolher esses lixos e também já foi pauta aqui nesta Casa da Rua Bahia que da SAMU até o entroncamento da Rua Passo Fundo, da iluminação pública daquele local ali, foi já pauta de Requerimento, de colocações aqui nesta Casa e até o momento não se conseguiu fazer essa iluminação ali, que é um trecho que fica escuro e o pessoal se desloca por ali também. Outra colocação que quero fazer do mesmo local, a questão de roçada, a gente sabe que ali é um local que tem grama, tem capim, cresce rápido, então a cada pouco tempo esse problema aí. Então, de repente, pensar em abrir, se for possível, um pouco mais a estrada, pensar em colocar, de repente, brita naquela estrada ali dentro dos bairros, daqui a pouco é o único bairro que não tem todo ele não seja calçado, não seja asfaltado, acho que é o único bairro, então pensar em se colocar naquele trecho margeando o lago ali, dentro das possibilidades do Município, colocar algumas cargas de brita para que possa, aquele pessoal que transita por ali não ter que passar na estrada com barro, enfim, eu acho que o Município tem condições, daqui a pouco, de britar aquele trecho, que é um trecho pequeno e vai facilitar para aqueles moradores ali, que são vários moradores naquele trecho ali. Também queria falar que, na última sessão desta Casa, fiz algumas colocações com relação ao decreto de emergência de estiagem, até fiz algumas colocações fortes assim, incisivas com relação à importância do Município fazer o decreto de emergência por estiagem, porque realmente as perdas são significativas e eu colocava naquele



Estado do Rio Grande do Sul  
**Câmara de Vereadores de Marcelino Ramos**  
Praça Padre Basso, 015, Centro, 99.800-000  
(54) 3372-1623  
camaramarcelinoramos@hotmail.com  
www.marcelinoramos.rs.gov.br

momento que tinha mais de 20 milhões de perdas no interior para o nosso agricultor a nível de município e caberia o decreto de emergência. Quero agradecer aqui o entendimento do Prefeito Municipal que fez o decreto na sexta-feira decretando situação de emergência no Município, o entendimento da Secretaria da Agricultura, através do Secretário Claiton, também do Coordenador da Defesa Civil, o Nico, o Ernani da Emater que tiveram o entendimento e foi, então, decretada situação de emergência e nessa semana estão sendo providenciadas as documentações complementares ao decreto para que se tenha reconhecimento estadual e federal e dizer para quem nos ouve do interior que as perdas no Município hoje, elas passam de 37 milhões de reais, então, quando a gente fazia aquelas colocações da importância de se decretar emergência, chegou agora a termos os laudos que comprovam essa perda no Município que chegam a 37 milhões de reais. Então nos próximos dias aí está sendo encaminhada a documentação, aproveitando o dia de amanhã a nível de estado e a nível federal para buscar as colocações e com certeza será reconhecida essa situação de emergência no nosso Município por esse volume expressivo de perda e, na sequência, é importante que a Administração Municipal, as Secretarias, os colaboradores que trabalham com a questão de projetos, de busca de recurso, utilizem a ferramenta do reconhecimento do decreto de emergência da estiagem para buscar recursos para o Município, principalmente no abastecimento de água para consumo humano e para consumo animal. A gente sabe que tem recursos a nível federal, recursos em quantidade, só precisa se fazer os projetos e se buscar esses recursos para nós podermos perfurar poços, fazer redes de distribuição, construir açudes, melhorar fontes, que a gente vai conseguir amenizar os impactos da estiagem na sequência, que a gente sabe que não param por aí. Nos próximos anos a gente torce que não tenha estiagem, mas se tiver, a gente precisar estar precavido com algumas situações que possam amenizar os impactos, que é a perfuração de poços, as redes, açudes, enfim, todas as ações necessárias que vêm a levar para aquele agricultor a água potável que não tem para o seu consumo humano, a água para consumo animal, enfim, são ações que são necessárias de se fazer para amenizar os impactos, isso se consegue com projetos, com busca de recursos e junto com a Administração Municipal, tenho certeza que será providenciado e precisa ser providenciado dessa forma. Seria isso, senhor Presidente, muito obrigado”. A Vereadora **Damiana Salete Correa Mendes** disse: “- [...] Na semana passada tivemos a reunião da volta às aulas no Instituto de Educação na quarta-feira, às 19:30 e quero deixar aqui a minha indignação em relação à falta e ausência da Secretária. Infelizmente nós não tivemos nenhuma reunião com o pessoal da Rui Barbosa sobre a mudança, sobre a nova lei de municipalização das turmas do ensino médio e mesmo assim não tendo, nós não conseguimos a presença nem da Secretária nem do Prefeito na reunião para nós sanarmos as nossas dúvidas. Hoje, no primeiro dia de aula, os nossos alunos tiveram que fazer lanche dentro da sala de aula, então eu acho que o mínimo de respeito aos pais que estavam presentes na reunião era a presença da Secretária de Educação, o mínimo, era isso que nós esperávamos, mas pelos fatos já ocorridos, não termos nem uma reunião para que falássemos sobre isso e foi prometido em uma conversa que tivemos aqui na Câmara que nós teríamos feito ainda uma reunião antes de mudarmos e não foi feito. Então as reformas não foram terminadas e mesmo assim a Secretária não conseguiu dar o ar da graça, da sua presença. Achei uma falta de respeito com os pais dos alunos que lá estavam. A Diretora Jana tentou suprir algumas necessidades mas enfim, tem coisas que nem ela sabe responder para nós. Então eu aqui como Vereadora e como mãe de aluno, quero deixar aqui a minha indignação pelo falta de respeito por parte dela e também quero deixar aqui o meu convite, em nome meu, da Rose, que representamos as mulheres, para o dia quatro, como o nosso Presidente já leu o convite, no Balneário, venham, mulheres, participem, estamos disponibilizando uma palestra muito boa e quero deixar aqui o meu convite. Uma boa semana a todos, boa noite”. O Vereador **Adilson Lavall** disse: “- [...] Eu quero colocar uma crítica, de repente, construtiva, sobre o asfalto de Coronel. Passei na sexta-feira de manhã lá, tinha a nossa Vereadora aqui a Rose, o Secretário Rudi, ali em frente onde é a família Valério, para a frente do campo Cruzeiro, várias poças dentro da rodovia, não sei se por causa do pedrisco, eles colocaram pedrisco em cima da base ou não nivelaram bem o asfalto ali. Quero que os colegas



Estado do Rio Grande do Sul  
**Câmara de Vereadores de Marcelino Ramos**  
Praça Padre Basso, 015, Centro, 99.800-000  
(54) 3372-1623  
camaramarcelinoramos@hotmail.com  
www.marcelinoramos.rs.leg.br

Vereadores, a nossa Vereadora, o Secretário, nas próximas chuvas avaliem isso para que seja consertado no começo, porque poças no asfalto vão causar buraco, então tomara que não seja, mas tem várias, passei lá de carro lá, vários lugares ali que tem pequenas poças. Pode ser que a partir que saia o pedrisco, saia a água, mas eu acho que não, então seria essa a minha colocação, uma boa semana a todos, muito obrigado”. A Vereadora **Roseli Maria Goetz Dreher** disse: “- [...] Não faço parte da empresa contratada que executou a obra, mas acho que eu posso te ajudar na tua questão, Vereador Adilson Lavall. Hoje mesmo eu liguei para o encarregado da Traçado para perguntar, porque as pessoas me perguntam sobre a obra, eu não faço parte da empresa que executou o trabalho, mas eu perguntei para ele sobre alguns questionamentos que as pessoas nos fazem, inclusive essa é a questão. O que ele me assegurou é que estão monitorando essa obra durante alguns dias e que o acúmulo da brita faz com que aconteçam modificações que pode ser que depois que ela vai ser varrida, ela vai se tornar normal e também uma coisa que ele me justificou que está acontecendo é o peso exagerado de caminhões que vêm estragando a pista; a gente sabe que isso aí não é uma pavimentação normal, é um tratamento, ela não é igual a uma outra pavimentação, até porque o recurso, se fosse uma pavimentação normal, Vereador, seria em torno de sete milhões, essa já é uma diferença, então assim, nós temos que ter ciência, a gente sabe desde o começo que isso é um tratamento, que ele foi receber um tratamento e que durante alguns dias podem acontecer algumas modificações, ele me citou isso, disse que durante alguns dias vão continuar monitorando e ver o que vai acontecer e algumas imperfeições acontecem, com certeza, se for algum problema da obra, que eles vão corrigir. É isso a minha informação, só repassando o que eu busco de conhecimento quando as pessoas me perguntam e outra questão, a gente está vivendo em períodos de seca muito grande, como os Vereadores anunciaram aqui, período de estiagem e infelizmente nós estamos vivendo situação difícil quanto à falta de água. A única sugestão e a única solução que eu vejo no momento é nós, Vereadores, buscarmos, através dos nossos representantes, dos nossos Deputados e buscar recursos para que sejam investidos na agricultura através de poços artesianos, cisternas e nós irmos realmente atrás de recursos, porque, como eu já falei na reunião passada, eu acredito que esses problemas vão continuar nos próximos anos e que tudo indica que isso cada vez mais ser mais consequência, esse tipo de situação de falta de água. Era isso, meu muito obrigado”. O Presidente informou que, através de Resolução editada pela Mesa Diretora, a sessão ordinária do dia 06 de março foi transferida para o dia 08 de março, às 18 horas. Não havendo mais assunto a ser tratado, deu por encerrados os trabalhos da sessão ordinária do dia 22 de fevereiro de 2023.

**SÉRGIO A. BEAL**  
Presidente

**ROSELI M. G. DREHER**  
Vice-Presidente

**RAMIRO F. MARSARO**  
Secretário